

## **Presença Jê Meridional na região do Contestado (PR-SC) entre o século XIX e XX**

Southern Ge Presence in the *Contestado* region (PR-SC) between the XIX and XX centuries

### **Resumo**

Esse trabalho investiga a presença indígena Jê Meridional (Xokleng-Laklãnõ e Kaingang) na região do Contestado durante o século XIX e primeiras décadas do XX, território onde hoje é o meio-oeste catarinense mas na época estava em situação de litígio com o Paraná. Os territórios indígenas estão localizados em campos em comum com a Guerra do Contestado que ocorreu entre 1912 e 1916, a proposta desse trabalho é elaborar um mapa que sobreponha essas informações.

Desde a lei de terras de 1850 essas terras foram alvo de interesse comercial, que resultou nas décadas seguintes em um intenso processo de expropriação territorial dos povos indígenas e caboclos. À partir de informações coletadas no Arquivo Público do Paraná, dados do SPI e bibliografia etnográfica e histórica é possível situar a presença indígena no meio-oeste catarinense e produzir um mapa que sobreponha informações da presença dos povos Jê e dos redutos caboclos da Guerra do Contestado, bem como locais de batalhas e as rotas da estrada de ferro da companhia *Brazil Railway Company*.

*Palavras-chave: Guerra do Contestado; Xokleng; Kaingang; Caboclos; Presença Indígena.*

### **Abstract**

This work investigates the Indigenous Southern Ge presence (Xokleng-Laklãnõ and Kaingang) in the Contestado region during the 19th century and the first decades of the 20th century, where today it is the midwestern of the state of Santa Catarina but at the time was in a situation of dispute with Paraná. The indigenous territories are located in fields in common with the War of the Contestado that occurred between 1912 and 1916, the proposal of this work is to elaborate a map that overlaps this information.

Since the land law of 1850 these lands were the object of commercial interest, which resulted in the following decades in an intense process of territorial expropriation of the indigenous peoples and caboclos. Based on information collected in the Public Archive of Paraná, SPI data and ethnographic and historical bibliography, it is possible to situate the indigenous presence in the Midwest of Santa Catarina and produce a map that overlaps information about the presence of the Ge peoples and the caboclos recondites of the Contestado War, as well as battle sites and railroad routes of the company Brazil Railway Company.

*Key-words: Contestado War; Xokleng; Kaingang; Caboclos; Indigenous Presence.*

## Introdução

O presente trabalho (realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil) tem como proposta elucidar parte do conflito territorial pelo qual passaram os povos Kaingang e Xokleng-Laklãnõ entre o século XIX e primeiras décadas do século XX, na região de litígio entre Paraná e Santa Catarina.

Atualmente, segundo Wiik & Mota (2014), essas sociedades se distribuem entre 72 Terras Indígenas, que estão localizadas desde o “oeste do estado de São Paulo, passando pelo planalto meridional nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul até a periferia de Porto Alegre”. Ainda hoje é possível observar como as disputas judiciais em torno da demarcação de terras indígenas é intensa no território do atual estado de Santa Catarina. Segundo dados do relatório oficial do senado federal de 2004<sup>1</sup> é possível observar que os povos Kaingang e Xokleng-Laklãnõ estão concentrados (em Santa Catarina) nas Terras indígenas de Chimbanguê I e II, Ibirama, Palmas, Pinhal, Rio dos Pardos, Xapecó, Condá e Imbu.

O objetivo desse trabalho é analisar locais onde é possível identificar a presença dos povos Jê Meridionais (Xokleng ou Kaingang) nessa região, tratada como região *contestada* ou *em litígio*, contribuindo para o entendimento das relações entre a sociedade brasileira colonizadora e as sociedades indígenas dessa região, principalmente à partir dos conflitos territoriais que surgiram em meados do século XIX, com a lei de terras de 1850 e a separação da Província do Paraná de São Paulo em 1853 até as primeiras décadas do século XX, quando ocorre a Guerra do Contestado e o território dos estados do Paraná e Santa Catarina são demarcados a maneira como conhecemos hoje.

A presença e ocupação da sociedade Kaingang, segundo D’Angelis (2006), é “a mata de Araucária [que estendia-se do meio ao oeste do estado de Santa Catarina] e seus campos intermédios”. Segundo Mabilde (1983), a presença Kaingang também pode ser observada desde as margens do rio Uruguai até a bacia do rio Mampituba [na Serra Geral].

Já como ocupação Xokleng, D’Angelis (2006) identifica “os Campos de Lages, Curitiba e Caçador e as matas de Araucárias a leste deles”. De acordo com Mota (2017), há “vestígios de cultura material (enterramentos cremados e cerâmica) comprovam a presença das populações Xokleng ou seus ancestrais na região há pelo menos 1.500 anos ou talvez mais, como supõem os estudos linguísticos”.

---

1 Cf. Relatório Parcial de 2004 sobre Demarcação de Terras Indígenas de Santa Catarina.

A formação territorial dessas sociedades indígenas está ligada a suas identidades; a formação de sua territorialidade

está ligado a uma história cultural na qual cada sítio de aldeia está historicamente vinculado a seus habitantes, de modo que o passar do tempo não apaga o conhecimento dos movimentos do grupo, desde que se mantenha viva a memória dos ancestrais (Ramos, 1986, p. 19-20 apud LITTLE, Paul E., 2004, p. 265).

Conforme Santos (2014) a população que habitavam o “Planalto Norte, o Vale do Rio do Peixe e o Meio Oeste Catarinense”, tinha origem étnica “oriunda de um processo de mestiçagem entre os primitivos ocupantes da floresta ombrófila, como indígenas, espanhóis, portugueses”. Essa população pode ser designada *caboclos* ou *sertanejos* ou *serrana*, e habitavam a região de campos e florestas do planalto Sul do Brasil, habitando todo o território contestado entre Paraná e Santa Catarina, sobrevivendo principalmente da agricultura de subsistência e criação de animais.<sup>2</sup>

A população que habitava essa região foi pensada até meados do século XX como “uma mistura das três (raças) com predominância da indígena e da branca” assim como uma população formada, em parte, por indivíduos fugidos da Revolução Farroupilha na década de 1840 e da Revolução Federalista da década de 1890 (LUZ, Aujor Ávila Da. p. 69 apud LAZARIN, Katiúscia Maria 2004).

Segundo Machado (2010), após a Revolução Federalista (1893-1895) entre os partidos federalista (Maragatos) e republicano (Pica-Paus), “muitos *maragatos* rio-grandenses e paranaenses passaram a viver no planalto catarinense, como forma de reconstruir suas vidas, distantes de seus desafetos políticos em seus municípios de origem”.<sup>3</sup>

O território, em questão, chamado de território contestado, era uma região que estava em litígio à partir da década de 1850, tendo uma “área de 30.000 ou 40.000 quilômetros quadrados, entre os rios Negro e Iguaçu, ao norte, e Uruguai, ao sul”.<sup>4</sup> Essas terras estavam sob administração da província do Paraná durante o século XIX, e eram ricas em ervais e araucárias.

Desde o início do século XIX, com a chegada da Coroa portuguesa, é possível observar a relação conflituosa entre os povos tradicionais indígenas e caboclos e os povos migrantes e imigrantes nessa região. Segundo Buba & Nötzold (2014), em 1808, D. João VI declarou

---

2 BRANDT, Marlon. Dos Pinheirais a “terra dos Trigais”: Colonização e transformação da Paisagem - Colônia Marechal Hindemburgo (1930-1950). apud Santos, 2014

3 Machado, 2010.

4 AFONSO, 1998 apud CORREIA & GUEDES, 2014, P.69

“guerra aos índios que faziam incursões nas cercanias de Lages”. Esse foi o começo de uma “guerra ofensiva contra os genericamente chamados Botocudos [Xoklengs], para liberar para a colonização o vale do rio Doce no Espírito Santo e os campos de Guarapuava, no Paraná” (Cunha, 1992, p.136).

Ao longo desse século, se intensificam as migração e imigrações na região central de Santa Catarina, tanto o meio oeste quanto na região da bacia do rio Itajaí (que inclui os rios Itajaí-Açu, Itajaí Mirim, Itajaí d’Oeste, Itajaí do Sul e Itajaí do Norte, além de outros rios menores), principalmente em razão da construção de estradas, como a Estrada da Mata e mais tarde a ferrovia que ligaria São Paulo ao Rio Grande do Sul.

A região passa por notáveis mudanças territoriais com o avanço da ocupação de fazendeiros, tropeiros e colonos. A lei de terras de 1850, por exemplo, estava “diretamente relacionada com a decisão do governo Imperial de promover e estimular a colonização do Sul do país por imigrantes da Europa” (D’Angelis, 2006, p. 298), pois a lei favorecia a titulação de terras. De fato, segundo o autor, essa lei (aprovada pelo *decreto n.º 1318, de janeiro de 1854*) estabelecia exigências legais e de recursos que impossibilitavam as titulações de terras para *sertanejos agricultores* (caboclos) e indígenas. Essa lei beneficiava “aos setores dominantes da sociedade, com acesso à informação e aos círculos do poder, que acabam titulando para si enormes extensões de terras” (*ibid.*, p. 299).

Conforme D’Angelis (2006, p. 299) “nesse novo contexto foi criada a Província do Paraná, desmembrada de São Paulo, em 1853, e abrangendo integralmente os Campos de Palmas e o atual Oeste Catarinense”. Com esse desmembramento foi estabelecido então o aldeamento de palmas, segundo relatório de 1854 com um grupo Kaingang de 152 pessoas, sob a chefia do cacique Viry.

Segundo Machado (2011) essa lei “passou do governo central aos estados a prerrogativa de legislar sobre terras e colonização”. A lei tinha como objetivo regularizar a dinâmica de propriedade de terras quanto ao seu uso e comercialização. O governo estadual tinha como “objetivo atuar em duas ‘frentes’: a) Regularização definitiva de antigas posses; b) Venda de terras públicas para estímulo da pecuária e da lavoura”. À partir daquela data só seria válida a aquisição de terras públicas por escritura de compra, tornando-se legalmente devolutas as terras sem escritura.



O propósito desse mapa é representar a presença indígena em contraste com a Guerra do Contestado. Foram sobrepostas informações sobre Aldeamentos (Xokleng ou Kaingang), Toldos e Terras Indígenas; “Cidades Santas”, “redutos caboclos” ou “redutos rebeldes” e Postos de Atração do Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Os elementos e referências espaciais foram elaborados em relações aproximadas entre os dados históricos e elementos espaciais tanto físicos, como rios, quanto políticos, como as vilas e distritos da época.

Wachowicz (1969) conta que durante a segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX *os territórios situados à margem esquerda [ao sul] dos rios Negro e Iguaçu, bem como no vale do Itajaí*, chegam ao auge da imigração européia. O estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, contava com uma intensa colonização alemã desde a década de 1820, segundo D’Angelis (2006).

Durante o processo de colonização essas terras foram retratadas como terras “vazias” ou “mal utilizadas”<sup>5</sup>. A apresentação dessas regiões terras inabitadas foi forjado com intencionalidade e geralmente “ancorada a teorias colonialistas” associadas a uma busca por “civilizar” o país, ainda em vias de formação de uma unidade nacional.<sup>6</sup>

A presença indígena estava invisibilizada dentro de uma ideia de “vazio demográfico” em toda região sul do Brasil até meados do século XX<sup>7</sup>. Havia, por exemplo, invisibilidade da presença Kaingang nos mapas da Associação Brasileira de Geografia da década de 1950 que tratavam da colonização dos campos paranaenses.<sup>8</sup> Apesar dos conflitos entre os povos colonizadores e povos autóctones “se prolongava desde a colonização lusa no litoral, quer paranaense ou catarinense, e posteriormente com o tropeirismo, que se desenvolveu sobretudo a partir do século XVIII, com a ligação São Paulo-Rio Grande, pela chamada Estrada da Mata” (WACHOWICZ, 1969).

Pode-se observar que ao oeste do território de litígio entre Paraná e Santa Catarina, estavam compreendida uma vasta área de presença indígena Jê Meridional, como é o caso dos (*B*<sup>9</sup>) *Campos de Palmas (Kreie-bang-rê)*, onde a presença indígena Kaingang é intensa até os dias de hoje. Essa região fica ao norte dos (*C*) *Campos Xanxerê (Xanxa-rê)* e a nordeste dos (*H*) *Campo Êre (Kampo-rê)*.

5“A região do Contestado fazia parte daquelas que constituíam o ‘sertão improdutivo e mal aproveitado’, na ótica dos governantes brasileiros e catarinenses.” (VALENTINI & RADIN, 2012); ver também MOTA, 2008, p. 31.

6 MOTA, 2008, p. 63

7“Os termos variam, sertão, terras devolutas, boca de sertão, em outras passagens mata virgem, mas o sentido geral é o de uma região desabitada” (MOTA, Lúcio Tadeu. A Guerra dos índios Kaingang. 2008 - p.34).

8 Segundo Mota (2008), a presença indígena Kaingang não é demonstrada, nos campos paranaenses. Não são citadas “as colônias indígenas que já existiam desde meados do século XIX, e muito menos os toldos indígenas que se espalhavam por toda a região nos vales dos rios Tibagi, Ivaí e Piquiri”.

9 Referencia a seção “Áreas com Presença Indígena”, na legenda do mapa .

De acordo com Francisco (2006, p. 47), pesquisas arqueológicas indicam que a cerca de dois mil anos atrás, o planalto meridional brasileiro foi povoado por populações que relacionam-se linguística e etnologicamente ao tronco linguístico Macro-Jê.

Conforme D'Angelis (2006) no século XVIII há mapeamento do povoamento Kaingang na região contestada: o “Mapa Geográfico Da América Meridional” produzido por D. Juan de La Cruz Cano Y Olmedilla”, datado de 1775, representa a presença desde o Campo Erê até os Campos de Caçador de populações “Guñanas” (denominação que se atribui a muitos grupos Kaingang na documentação do período colonial) e “Biturunas” (uma classificação que poderia referir-se tanto aos povos Xokleng quanto Kaingang), perpassando os campos de Palmas e os campos Xanxerê.<sup>10</sup>

De acordo com Mota (2008) os campos Xanxerê foram palco de combates violentos entre a sociedade Kaingang e fazendeiros no início do século XIX, como a luta entre Pedro de Siqueira Cortes e o cacique Vitorino Condá. Ambos já haviam se confrontado na estrada para o Rio Grande do Sul, próximo à Guarapuava. O fazendeiro, sabendo das intenções de vingança do cacique, juntou um “grande contingente de vaqueanos e índios mansos e atacou Condá em sua aldeia em Xanxerê”.

O autor nos conta que:

Graças aos índios convertidos [pela Igreja], os brancos tomavam conhecimento dos territórios ocupados pelos Kaingang resistentes. Pouco a pouco seus refúgios, seus campos de caça e de coleta de pinhões foram sendo revelados e ocupados. Progressivamente seus espaços diminuía, assim como suas possibilidades de viver. (MOTA, 2008, p.166)

Desde os campos de Guarapuava (ao norte do rio Iguaçu) até os campos de Palmas (ao sul do mesmo rio), as hostilidades entre Kaingang e fazendeiros continuam ao longo da década de 1850 até 1870, conforme relatos dos governos da época. Sendo até mesmo criado um aldeamento a oeste de Guarapuava, embora sua existência não tenha durado mais de um ano.<sup>11</sup>

Segundo Buba (2017), em 1882 foi instalado em Xanxerê a Colônia Militar do Chapecó “que tinha como finalidade a proteção do território brasileiro, como também aldear os indígenas como alternativa de proteger a agropecuária na região” e, segundo o autor, por volta de 1890 se abre uma picada para a construção de uma linha telegráfica, optando-se pela mão-de-obra indígena por ser a mais barata.

---

<sup>10</sup> D'Angelis, 1984, p. 07; Becker, 1986, p. 40-44 apud D'Angelis, 2006.

<sup>11</sup> Mota (2008): p. 173-176

Alguns anos mais tarde, em 1902, foi decretado pelo então governador paranaense Francisco Xavier da Silva o estabelecimento da Terra Indígena de Xapecó ao povo Kaingang, entre o Rio Chapecó e Rio Chapecozinho, que ficou ao mando do cacique Vaicrê.<sup>12</sup> Hoje em dia essa Terra Indígena está entre os municípios catarinenses de Entre Rios e Ipuacú, que antigamente fazia parte da configuração do município de Palmas.

Segundo boletim do SPI apresentado no trabalho de D'Angelis (2016) há registros de presença Xokleng nos campos de Palmas no início do século XX: “Xokleng arredios na região do Rio Jangada, pouco ao sul das atuais cidades de General Carneiro e Matos Costa, atualmente divisa entre o Paraná e Santa Catarina” chamados pelo SPI de “Botocudos de Palmas”.

Segundo o curso do Rio Iguaçu, ao leste, está o (F) *Rio Negro*, por onde passava a Estrada da Mata, essa região passava por uma relação conflitante entre a sociedade Xokleng e tropeiros que por ali passavam na segunda metade do século XIX. Devido a um ataque Xokleng que ocorre em 1868, foram organizadas “escoltas punitivas” na região para “evitar novas ‘correrias’ dos índios”<sup>13</sup>.

Segundo Mota (2017) a presença indígena Xokleng é relatada na segunda metade do mesmo século por Joaquim Francisco Lopes, que seguiu “expedição pelo espigão do Itajaí e São João até o divisor do rio Negrinho, onde no dia 31 de março de 1868 encontrou a aldeia permanente dos Xokleng, a que continha as trincheiras e os fojos”. Ainda segundo o autor, é possível pensar que houve um processo de “desterritorialização dos Xokleng do alto vale do rio Itajaí do Norte e do rio Negro na segunda metade do século XIX”.

O sertanista Joaquim Francisco Lopes foi convocado nessa época e voltaria à região em 1875 para instalar o (D) *Aldeamento de São Thomaz de Papanduva*, também chamado de *Colônia Indígena de São Thomaz de Papanduva*.<sup>14</sup>

Pode-se encontrar indícios sobre a atividade desse aldeamento em informações documentais, de ofícios e requerimentos da segunda metade do século XIX, em que há troca de informação à respeito da presença indígena na região de 1863 a 1882. Em muitos desses textos pode-se observar a maneira como acontecia a prática de aldeamento nessa região.

À partir da segunda metade do século XIX, a vida e a cultura de povos nativos estava cada dia mais ameaçada à medida que se intensificavam os interesses em torno das terras dessa região. O aldeamento de S. T. de Papanduva foi instalado em 1875 com o objetivo de tentar um contato pacífico entre os chamados índios “bravios” ou “bugres”. O propósito do governo nessa

---

12 Nötzold, Ana Lúcia Vulfe. *Nosso Vizinho Kaingáng*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003 apud Buba, 2017.

13 Mota, 2017

14 *Ibid.*



empreitada era o “*amansamento*” dos indígenas que circulavam nas áreas próximas a *estrada da matta*, ao sul do Rio Negro.

O “*amansamento*” proposto era voltado para os indígenas “*botocudos*” (como eram denominados os indígenas Xokleng-Laklãnõ, na época). A principal tentativa do aldeamento era o de catequização e a produção de mão-de-obra:

a política de aldear índios tinha por objetivo, na prática, transformá-los em uma força de trabalho habilitada e espoliá-los de grandes extensões de terras. Em todo esse período, até o final do séc. XIX, buscava-se concentrar e sedentarizar os índios, torná-los produtivos, mão-de-obra de agentes do Estado, de missionários e colonos que os instruiriam nos ofícios e os submeteriam às leis. (OLIVEIRA & FREIRE, 2006, p. 74-75)

Os autores ressaltam que no século XIX a política territorial do Estado brasileiro promovia a expropriação de territórios de indígenas considerados “assimilados”:

A garantia dos direitos indígenas dependia da atuação dos dirigentes públicos. [...] Estas terras começavam a dificultar o desenvolvimento de regiões litorâneas, sendo muitas vezes identificadas como devolutas apenas como uma etapa de sua transferência ao domínio privado, tornando-se de imediato objeto de projetos colonizadores. Muitos índios que tinham títulos legítimos de terras foram expulsos de suas propriedades. Descendentes de indígenas perderam direitos de herança territorial. (OLIVEIRA & FREIRE, 2006, p. 75-76)

O aldeamento de São Thomaz de Papanduva era responsável pelo repasse de informações da atividade indígena para o governo provincial do Paraná, dos locais nas imediações, como (F) *Rio Negro* e (A) *Rio dos Pardos*, Freguesia de União da Vitória, Lapa (PR) e regiões vizinhas como Mato Preto (PR).

Em ofícios de época, disponíveis para leitura no Arquivo Público do Paraná, é possível observar Joaquim Francisco Lopes solicitando “brindes” para “amansar” os índios. Mas nas palavras do diretor-geral dos índios da província do Paraná, José Correa de Bittencourt, os “índios botocudos” eram “indomáveis” e até aquela data (29/03/1878), nenhum havia sido catequizado.<sup>15</sup> Não há indícios que houve algum sucesso no contato com indígenas após essa data.

O insucesso do aldeamento em catequizar os indígenas Xokleng, aos olhos do presidente da província do Paraná Oliveira Júnior, faz com que esse seja extinto no início de

---

15 Officios, Archivo I.J.I.P. – V.12 – 1877, Microfilme 1559.5, código de referência AP538.5.271, Curitiba (PR).

1878<sup>16</sup>. Porém em uma carta de 1880, escrita pela Secretaria de Polícia da Província do Paraná, se pede o reestabelecimento do aldeamento de S. T. de Papanduva ou o estabelecimento de outro, sob a liderança de alguém que tivesse as capacidades de “*chamar a civilização às hordas numerosas que infestam aquelles sertões*”<sup>17</sup>.

É possível observar à partir dos relatos do aldeamento de S. T. de Papanduva inúmeras “correrias” dos indígenas Xokleng-Laklãnõ na região central do atual estado de Santa Catarina. Principalmente entre a *Serra do Espigão e Rio Negro*. E também há relatos de presença indígena Xokleng-Laklãnõ na região de (A) *Rio dos Pardos*, localizado a cerca de 20 quilômetros de Calmon. Onde à partir de 1918 foi instalado na região um posto de atração indígena, às margens do Rio dos Pardos, por João Serrano (João Gomes Pereira) à mando do SPI. Há registro de pelo menos 50 indígenas Xokleng nesse local, mas quase todos faleceram devido à complicações respiratórias advindas do contato. Sendo essa a segunda tentativa, pois a presença do SPI na região do rio dos Pardos, próximo a onde atualmente se localiza Porto União, ocorreu desde o início da década de 1910.<sup>18</sup>

A partir da proclamação da república tornam-se cada vez mais comuns os conflitos entre coronéis e os chefes políticos locais e as populações locais (como posseiros das terras devolutas, extratores de erva-mate e agregados). Os ocupantes dessas terras foram tratados como intrusos e expulsos (QUEIROZ, 1966, p. 63-65 *apud* SCHMITT, 1998, p. 13).

De acordo com Machado (2010) em 1897, dois anos após o fim da Revolução Federalista, os governos estaduais de Santa Catarina e Rio grande do Sul teriam reduzido à cinzas um povoado caboclo situado entre o rio Pelotas e Canoas (chamado pela imprensa da época de “‘Canudinho’ de Lages”), constituída por Miguelito, um indivíduo que se declarava irmão de João Maria que “passou a receber doentes e penitentes para praticar rezas e curas”.<sup>19</sup>

Após a Revolução Federalista, se acelera o processo de concentração agrária promovida por políticos republicanos e grandes posseiros; o planalto médio e norte, nas regiões de Campos Novos, Curitibanos, São Bento e Canoinhas estava no centro da fronteira de expansão agropecuária” (MACHADO, 2010, p. 9).

Desde as peripetivas de João Maria de Agostini desde 1846, a população local tinha apreço pela figura desse homem que com o passar dos anos torna-se um santo para população local, pois em meados do século XIX surge um segundo monge de nome João Maria, que foi

---

16 Cf. Mota, 1999.

17 Officios, Archivo I.J.I.P. – V.16 – 1880, Microfilme 1773.6, código de referência AP604.16.257 e 259/260, Curitiba(PR).

18 Wiik, 1999

19 *Ibid.*

interpretada como um retorno do monge. Segundo relatos históricos, São João Maria na realidade foram três monges (João Maria de Agostini, João Maria de Jesus e José Maria de Santo Agostinho) que se tornaram uma mesma figura na tradição oral regional<sup>20</sup>.

Esses monges eram “eremitas vagando por entre os sertões meridionais fazendo todo tipo de prodígio: curas, bênçãos, “milagres”, pregações, profecias” (Karsburg, 2006). Até hoje se pode encontrar religiosidade ao monge São João Maria no meio-oeste catarinense, presente também em Terras Indígenas como é o caso da Terra Indígena de Xapecó.<sup>21</sup>

O que Machado (2010) aponta é que o fato de Miguelito ter dito que era parente do monge foi o necessário para atrair um grande número de moradores em pouco tempo, unindo seguidores da tradição religiosa de São João Maria e indivíduos ligados a uma *tradição política federalista*.

Segundo o autor, à partir da Primeira República os governo estaduais beneficiavam companhias com concessões de grandes extensões territoriais. Companhias colonizadoras como a *Southern Brazil Lumber & Colonization Company* (subsidiária da empresa *Brazil Railway Company*), recebeu 15 quilômetros de terras devolutas das margens da estrada de ferro que construíram na região, às quais exploraram a madeira com serrarias. A estrada de ferro que ligava São Paulo e Rio Grande do Sul, começou as obras da linha que ligava União da Vitória (SC) à Marcelino Ramos (RS) entre 1908 e 1910. Já o ramal que ligava União da Vitória ao Rio Negro foi realizado entre 1910 e 1913.<sup>22</sup>

Segundo Machado (2010, grifo do autor) a empresa “*Lumber* construiu duas grandes serrarias (uma na estação de Calmon, outra em Três Barras) e criou um regimento de segurança com 300 capangas, maior que o efetivo da polícia catarinense (260 praças e oficiais, incluindo banda de música)”. Esses capangas eram responsáveis pela expulsão da população de suas casas; quando a expulsão não era possível, a madeira era retirada da propriedade sem autorização nem pagamento.<sup>23</sup>

É importante ressaltar que no século XVIII, essa área era uma rica mata de araucárias, fonte de alimentos dos povos Xokleng e Kaingang. Mas à partir da chegada da companhia madeireira *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*, o desmatamento dessas áreas ameaça sociedades indígenas da região, formadas por caçadores e coletores.<sup>24</sup>

---

20 Karsburg, 2016.

21 Cf. Buba & Nötzold, 2014 e Wiik, 2012.

22 Cf. Fraga, 2006.

23 Relato de Sebastião Costa, presente em Schmitt, ano, p.62-63

24 Wiik, 1999

Segundo Wachowicz (1969) a construção dessa estrada de ferro trouxe a mão-de-obra para região de quase 8 mil trabalhadores, tanto de brasileiros de várias regiões do país como de imigrantes, sobretudo poloneses. O autor conta que a intensa atividade de bugreiros entre o fim do século XIX e início do XX acaba forçando os indígenas Xokleng a recuarem na mata, se fixando “preferencialmente na região do Pico Taió, por eles considerados sagrado, bem como no vale do rio da Prata”. (Mais tarde, na confluência entre o Rio da Prata e Rio Itajaí, será instalado o posto de atração indígena Duque de Caxias, por Eduardo de Lima e Silva Hoerhann. No mesmo local, atualmente, está localizada a Terra indígena de Ibirama-Laklãnõ).

O autor Brandt (2007, p. 72-74) aponta que os conflitos entre bugreiros e indígenas nessa região, que ocorria desde o século XIX, se estendia por todo vale do Itajaí até o rio Marombas. O autor ressalta que havia presença Xokleng desde o rio Taió (ao nordeste da vila de Curitibanos) até a altura da serra do Espigão (mais ou menos 50 km ao sudeste de Itaiópolis, em linha reta). Sem mencionar todo esse território de presença Xokleng ao leste da área da Guerra do Contestado, nas localidades de Blumenau e Ibirama.

De acordo com Tomazi (2005, p. 62) a população que vivia às margens dos rios Iguaçu, Timbó, Caçador, Jangada, Roseira, do Peixe, entre outros, estavam revoltadas pela situação de expropriação territorial pela qual passavam. Essa população tradicional estava sendo expulsa de suas terras como intrusa, e a situação era ainda mais flagrante no caso dos povos indígenas da região.

Nos campos entre o (E) *Rio das Antas* e o *Rio das Pedras*, afluentes do Rio do Peixe e o (G) *Rio Marombas* (também chamado de Rio das Marombas), localizado a oeste da Vila de Curitibanos, havia um território de limite indefinido entre as ocupações de povos Kaingang e Xokleng.<sup>25</sup>

Segundo relatos de história oral do cacique Xokleng João Eufrásio vindo de Nonoai (RS), demonstrados pelo trabalho de Santos (2014, p. 88), na época da Guerra do Contestado, com a chegada dos “brancos” os indígenas Kaingang dos campos de Fraiburgo foram mortos ou fugiram para Nonoai. De acordo Machado (2001, p.38) “todos os homens de Curitibanos se armaram e liquidaram com a presença indígena em toda bacia do Rio Marombas”.

Os planaltos entre o *Rio do Peixe* e *Rio Marombas* foram uma região central na Guerra do Contestado por serem os mesmos campos onde se localizava a “cidade santa” (reduto) de Taquaruçu, próximo ao *Rio das Pedras*, e a “cidade santa” de Caraguatá, ao norte do *Rio das Antas*. Atualmente, se localizam nessa região os municípios catarinenses de Fraiburgo e

---

25 D’Angelis, 2006, p.268.

Videira. Ambos redutos eram alguns dos maiores e mais importantes, por serem os dois primeiros, porém o nome de outros redutos pode variar conforme a fonte.

Em 1907, foi criada na região do Contestado a Liga Patriótica para a Catequese dos Silvícolas e, em 1910, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), ambos partilhavam do conceito de postos de atração indígenas, e tinham o propósito de “civilizar” o índio. Segundo Wiik (1999) o SPI “visava tanto a proteção e integração dos índios, quanto a fundação de colônias agrícolas que se utilizariam da mão-de-obra encontrada pelas expedições oficiais”.

O SPI é um órgão governamental que fazia parte do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio durante as duas primeiras décadas de sua existência, de 1910 até 1930, e de acordo com Oliveira & Freire (2006), o SPI teria como objetivo amparar indígenas *aldeados* ou *nômades* ao mesmo tempo que afastava a Igreja Católica da catequese indígena, “seguindo o preceito republicano de separação Igreja-Estado”.

Ao longo do século XX essa região teve um trabalho ativo do SPI. De acordo com D’Angelis (2006), as áreas dos vales entre o Rio dos Pardos e Rio Irani, respectivamente territórios de presença Xokleng e Kaingang, constavam em “programas de trabalho” pela regularização do SPI. Além disso, os últimos 20 anos de existência do SPI são marcados pela “venda de madeira das terras indígenas, sobretudo de grandes pinheirais”, e essa prática continua quando o órgão toma a forma de FUNAI (em 1967) ao longo de pelo menos seus 10 primeiros anos de existência.

Segundo Carvalho (2009) é possível observar que no início do século XX os argumentos favoráveis a colonização apelavam para uma maior produtividade agrícola, atrelada à ideia de que o imigrante estrangeiro era superior ao *nacional*, isso é, ao *caboclo*. Nesse período há uma transição na estratégia civilizatória do Estado para com os indígenas. Enquanto os aldeamentos da época do império buscavam o *amansamento* por meio de catequização, a estratégia do SPI é de *integração* por meio de *mão-de-obra*:

As terras ocupadas por indígenas, bem como o seu próprio ritmo de vida, as formas admitidas de sociabilidade, os mecanismos de representação política e as suas relações com os não-índios passam a ser administradas por funcionários estatais; estabelece-se um regime tutelar do que resulta o reconhecimento pelos próprios sujeitos de uma ‘indianidade’ genérica, condição que passam a partilhar com outros índios, igualmente objeto da mesma relação tutelar. (Pacheco de Oliveira, 2001:224 apud Oliveira & Freire, 2006)

O SPI prestaria o serviço de integrar o índio à sociedade colonizadora e tutelar a existência desses povos, tornando o indígena um trabalhador rural. O órgão controlava as políticas que recaiam sobre as terras habitadas por indígenas, e a prática de criação de Postos de atração que pudessem agrupar, fixar territorialmente e até mesmo remanejar populações indígenas. Segundo D'Angelis (2016), era prática do órgão do SPI o arrendamento de terras indígenas para agricultores não-índios. O que torna ainda mais clara a situação de expropriação pela qual passaram esses povos.

## **Espólio e Guerra**

No começo do século XX, ocorre nessa região a Guerra do Contestado entre 1912 e 1916 que pode ser caracterizada dentro de um contexto onde estouravam movimentos sociais por todo o país, combinando “a questão agrária e a luta pela posse de terra com traços fortemente religiosos” (SCHWARCZ & STARLING, 2015. p.336).

Conforme Lazarin (2004), foram os *caboclos* os principais protagonistas da Guerra do Contestado, em um *movimento social* que se rebelava contra as políticas implementadas pelo governo republicano no início do século XX, quando se acirram os impasses entre a política dos estados, da nova ordem republicana, e as populações locais.

Em 1912, surge o primeiro povoado de Taquaruçu em torno de José Maria após uma tradicional festa de Bom Jesus. Mas o local é abandonado em razão da notícia de uma ofensiva de 30 praças do Regimento de Segurança pelo mando de Coronel Francisco de Albuquerque, que tinha o objetivo hostilizar José Maria e seus seguidores. José Maria foge para o oeste, em direção ao rio Irani, região de litígio sob administração provisória do Paraná.<sup>26</sup>

Nesse ano, o monge São José Maria estava sendo perseguido por forças policiais catarinenses e por esse motivo veio de Campos Novos (SC) para essa região, com o propósito de seguir adiante até o Mato Grosso. O monge estava acompanhado de aproximadamente 200 homens, e entraram em combate com 56 homens da força policial paranaense, que viera do local denominado Caçadorzinho. Ocorre a primeira batalha da Guerra do contestado, na margem sul do Rio Irani, no Banhado Grande do Irani. Nessa batalha, morre tanto o Coronel João Gualberto, comandante do Regimento de Segurança que perseguia o monge, quanto o próprio José Maria.<sup>27</sup>

---

<sup>26</sup> Machado, 2010.

<sup>27</sup> Menezes, 2002.

Apesar da morte do monge, sua memória foi preservada pelos seus seguidores. Segundo Carvalho (2009) “Cerca de um ano após o combate do Irani, alguns seguidores de José Maria, liderados por Eusébio Ferreira dos Santos<sup>28</sup>” juntam-se na localidade de Taquaruçu, “esperando o retorno do monge à frente de seu exército encantado [de São Sebastião]”, formando então o reduto de Taquaruçu.

Machado (2010), no entanto, ressalta que “nem todos os habitantes de Taquaruçu e das “Cidades Santas” posteriores estavam mergulhados na crença milenar e em verdadeira espera por José Maria. Como movimento social de grandes proporções, os redutos do Contestado agregaram outros grupos sociais descontentes que encontraram abrigo neste projeto”.

O reduto de Taquaruçu foi atacado em dezembro de 1913, mas resistiu. Houve à partir de janeiro de 1914 o deslocamento para a nova cidade santa em Caraguatá. E em março de 1914, uma epidemia de tifo obriga uma nova mudança para o reduto de Bom Sossego. Nesse momento, o movimento contava com mais de duas mil pessoas.<sup>29</sup>

Segundo Fraga (2006), Maria Rosa, a comandante da cidade santa de Caraguatá, respondeu a instalação da 2ª Brigada Estratégica, em Calmon com a “retirada de seu pessoal para outros redutos menores, mais seguros, em Pedra Branca, São Pedro, Santo Antônio, Santa Maria, Caçador Grande, Tamanduá e outros.”

Segundo Menezes (2002), surgem, no contexto da Guerra, os redutos caboclos, também chamados de cidades ou vilas “santas”, que tinham um caráter de “irmandade cabocla”; tratavam-se de povoados formados pelos rebeldes seguidores da fé em São João Maria que tinham identificação com o exército sagrado de São Sebastião, e os caboclos eram profundamente influenciados pelo catolicismo rústico local. O autor conta que “Além de Caraguatá, havia o reduto de Taquaruçú, o mais antigo, o de Santa Maria, Bom Sossego, Tomazinho, Pinheiro, além de outros menores, como São Pedro, São Miguel e Pedras Brancas. Estima-se que a soma da população dos redutos chegaria a 20 mil habitantes”.

Segundo Carvalho (2009, grifo do autor), à partir de 1914, o movimento age mais ofensivamente, “atacando as principais vilas de toda a região, várias estações da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, instalações da serraria *Lumber* e colônias de imigrantes europeus”. Em dezembro de 1914, o movimento concentra-se em vários redutos no Vale de Santa Maria (próximo ao rio Timbó e Rio dos Pardos).

---

28 “Um dos festeiros que havia feito convite a José Maria para que comparecesse na festa de Bom Jesus, de Taquaruçu [em 1912]” (Machado, 2010, p.16).

29 Carvalho, 2009.

Ainda segundo o autor, em setembro de 1914, o general Setembrino assume o comando da nova campanha militar, levando ao campo de batalha “cerca de 6.000 soldados do exército, além de ter utilizado largamente o apoio dos chamados vaqueanos, milícias dos coronéis da região”. É morto o líder caboclo Chiquinho Alonso na colônia de Rio das Antas em Novembro e Adeodato Manoel Ramos toma a liderança. Há uma concentração dos caboclos, à partir de dezembro, em vários redutos no Vale de Santa Maria, sendo que no reduto de Santa Maria se estimava que haviam mais de 10 mil pessoas.

Só em dezembro de 1915, após o cerco e a destruição da cidade santa de São Pedro, é que cessou a campanha do Contestado, com a morte de todos os líderes do movimento messiânico, com a exceção de um único, Adeodato Manuel Ramos, aprisionado em Canoinhas em agosto de 1916 (PECHMAN, 2000).

Segundo Fraga (2006), à partir de 1915 as forças policiais começam uma ofensiva contra os reduto remanescentes dos caboclos sendo esses: “Butiá Verde, Liberata, Campo da Dúvida, Perdiz Grande, Taboão, Bahia, Perdizinha, Fazenda Roseira, Campina Velha e outros locais do Alto Vale do rio do Peixe”. Em 20 de outubro de 1916 foi assinado o acordo de limites entre os estados de Santa Catarina e Paraná pelo presidente da República Wenceslau Bráz, o que põe um fim oficial à Guerra do Contestado.

## **Metodologia**

Para elaboração desse trabalho foram coletadas informações de livros de ofícios e requerimentos disponíveis no Arquivo Público do Paraná, localizado em Curitiba. Nesses documentos estão informações trocadas entre os presidentes da Província do Paraná (João José Pedrosa, Manoel Pinto de Souza Dantas Filho e Joaquim Bento de Oliveira Júnior), o vice-presidente da província do Paraná (Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá), o diretor-geral dos índios da Província do Paraná (José Correa de Bittencourt), pelo diretor do Aldeamento de São Thomaz de Papanduva (Joaquim Francisco Lopes), além de representantes da Polícia militar da Província do Paraná (Cassiano Cândido Tavares Bastos, Martin Mader). Os documentos serviram como referencial para interpretação das políticas públicas ligadas aos indígenas na época imperial do Brasil.

Além disso foram utilizadas diversas bibliografias que pudessem referenciar a presença indígena na região, e para a elaboração do mapa presente no corpo do texto foram utilizados os *softwares Google Earth, Mapbox* e o editor de imagem *GIMP*.



## Considerações Finais

Segundo dados coletados, é possível afirmar que havia presença indígena Jê Meridional na região do contestado, onde ocorre a Guerra do Contestado entre 1912 e 1916. Essa presença se estendia por vários campos de florestas, vales e por todos as principais bacias de rios dessa região do Sul e Sudoeste do Paraná e do meio-oeste catarinense.

Nesses mesmos campos, se pode observar que houve migrações e imigrações que afetaram a vida e territorialidade desses indígenas de diversas maneiras. As áreas de moradia e percurso dos grupos Xokleng e Kaingang foram gradualmente invadidas por fazendeiros, tropeiros e colonos, além de companhias de colonização, que modificaram esse espaço onde estavam os povos autóctones vivendo da caça, coleta e pesca. A Guerra do Contestado foi travada pelos povos tradicionais que estavam sendo expulsos de suas terras, mas para os indígenas dessa região a batalha pelas suas terras já estava sendo travada a mais de um século.

Se observa, na região do contestado, a presença indígena Kaingang desde o oeste, nos Campos de Palmas, Xanxerê e Erê até o meio do estado, próximo aos rios do Peixe, das Pedras e das Antas. A presença Xokleng foi observada mais pontualmente na região central do estado, entre os rios Jangada, Negrinho, Canoas e o Vale do Itajaí. A sociedade Xokleng estava ainda mais próxima da maior parte dos redutos caboclos, das serrarias da *Lumber* e da estrada de ferro da companhia *Brazil Railway Company*. É essencial a produção de trabalhos acadêmicos que possam tratar melhor as relações sociais entre povos tradicionais indígenas e caboclos nessa região, além de ser necessário pensar-se quais os impactos da Guerra do Contestado para a vida indígena dessa região.

## Bibliografia

BAULER, Almir & KEIM, Ernesto Jacob. O Discurso Etnográfico na Revista do IHGB: 1840-1860. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 5, n. 3, p. 66-84, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/issue/view/1538/showToc>>. Acesso em: 2 abr. 2018.

BRASIL. Senado Federal. *Relatório Parcial Nº5, De 2004 (Estado de Santa Catarina): Relatório Parcial Da Comissão Temporária Externa Do Senado Federal Sobre Demarcação De Terras Indígenas*. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3785415>>. Acesso em: 28 mai. 2018.

BRANDT, Marlon. *Uso comum e apropriação da terra no município de Fraiburgo-SC: do Contestado à Colonização*. Florianópolis, 2007. 310p. Tese (Mestrado em Geografia). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

BUBA, Nathan Marcos & NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. *Adoradores De João Maria Entre Os Kaingang - O sincretismo com as tradições indígenas e os locais sagrados na Terra Indígena Xapecó/SC*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2017.

BUBAM, Nathan Marcos & Nötzold, Ana Lúcia Vulfe. Contestado: A questão indígena na região do conflito. *Anais do XV Encontro Estadual de História "1964-2014: Memórias, Testemunhos e Estado"*, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <<http://www.encontro2014.sc.anpuh.org/site/anaiscomplementares#B>>. Acesso em: 6 dez. 2017.

CARVALHO, Tarcísio Motta De. *Coerção e Consenso Na Primeira República: a Guerra do Contestado (1912 - 1916)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

CORREIA, Marcos Antonio & GUEDES, Dinara Izabel. A Região Do Contestado no Ensino de Geografia. *Revista de Ensino de Geografia*, Uberlândia, v. 5, n. 8, p. 67-84, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.revistaensinogeografia.ig.ufu.br/edicao%208.php>>. Acesso em: 17 abr. de 2018.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Política Indigenista no Século XIX. In: Cunha, M. C. da (org.). *História dos índios no Brasil*. Companhia das Letras 1ªed., FAPESP. São Paulo, 1992. p.133-154.

D'ANGELIS, Wilmar R. Frentes De Expansão E Povos Indígenas Em Santa Catarina. *Fronteiras - Revista Catarinense de História*. ANPUH - Seção SC, n.28, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/FRCH/issue/view/41>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Para Uma História Dos Índios Do Oeste Catarinense. *Cadernos do CEOM*. Editora Argos, Ano 19, n. 23 – Unochapecó, 2006. Disponível em: <<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/issue/view/141>>. Acesso em: 7 fev. 2018.

FRAGA, Nilson Cesar. *Mudanças e Permanências na Rede Viária do Contestado: uma Abordagem acerca da Formação Territorial no Sul do Brasil*. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Universidade Estadual de Londrina, 2006

FRANCISCO, Alice Ramos. *Selvagens e Intrusos em seu Próprio Território: A Expropriação do Território Jê no Sul do Brasil (1808-1875)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2006.

KARSBURG, Alexandre de Oliveira. Em Busca Dos Monges Históricos: Fontes E Historiografia. *Revista Domínios da Imagem*. Londrina, v.12, n.18, p.105-120, jan-jul/2016. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/dominiosdaimagem/article/view/25487>>. Acesso em: 7 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. O Eremita Do Novo Mundo: A Trajetória De Um Italiano Pelos Sertões Brasileiros No Século XIX. *Revista Eletrônica de História do Brasil*, v. 9 n. 2, jul-dez/2007. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/rehb/edicoes-antiores/volume-9-n%C2%B0-2-jul-dez-2007/volume-9-n%C2%B0-2-jul-dez-2007-5/>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

LAZARIN, Katiúscia Maria. Lendo o Contestado: discursos e construção de sujeitos na bibliografia sobre a Guerra do Contestado — 1915 a 1960. *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 11, n. 12, p. 151-164, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/445>>. Acesso em: 1 mar. 2018.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. Os povos indígenas na invenção do Brasil: na luta pela construção do respeito à pluralidade. In: LESSA, Carlos. (Org.). *Enciclopédia da brasilidade: auto-estima em verde amarelo*. 1ªed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra Produção Editorial, 2005, v. , p. 218-231.

LITTLE, Paul E. Territorios Sociais E Povos Tradicionais No Brasil: Por Uma Antropologia Da Territorialidade. *Anuário Antropológico/2002-2003*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004, p. 251-290. Disponível em: < <http://www.dan.unb.br/anuarioantropologico-sumarios/118-anuario-antropologico-sumario-2002-2003>>. Acesso em: 1 ago. 2018.

MABILDE, Pierre François Alphonse Booth. *Apontamentos sobre os indígenas selvagens da Nação Coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul – 1836-1866*. Coord. May Mabilde Lague. Revisão de Eivlys Mabilde Grant. São Paulo: Ibrasa; [Brasília]: INL / Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.

MACHADO, Paulo Pinheiro. A política de terras em Santa Catarina: posse, propriedade e legitimação no Planalto Serrano e Meio-oeste no final do Império e início da República (1854-1912). *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo, julho 2011. Disponível em: <<http://www.snh2011.anpuh.org/site/anaiscomplementares>>. Acesso em: 23 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. *Invenção e tradição na formação das “Cidades Santas” do Contestado*. Trabalho apresentado na VIII Associação Latino-Americana de Sociologia Rural (ALASRU). Universidade Federal de Pernambuco, 2010. Disponível em: <[http://xa.yimg.com/kq/groups/19081655/1638673423/name/Invencaotradicao+Paulo+Pinheiro+Machado+\(1\).doc](http://xa.yimg.com/kq/groups/19081655/1638673423/name/Invencaotradicao+Paulo+Pinheiro+Machado+(1).doc)>. Acesso em: 4 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. *Um Estudo Sobre As Origens Sociais E A Formação Política Das Lideranças Sertanejas Do Contestado, 1912-1916*. Tese (Doutorado em História). UNICAMP, Campinas, 2001.

MENEZES, Celso Vianna Bezerra de. Reconstrução Histórica e Imaginário da Guerra do Contestado: Uma Batalha entre Acontecimentos e Significados. *Revista Mediações*, Londrina, v.7, n.1, p.9-27, jan./jun. 2002. Disponível em: < <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/download/9106/7665>>. Acesso em: 22 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. *A batalha do Irani: o diabo na rua no meio do redemoinho*. Tese (Mestrado em Antropologia), Universidade de São Paulo, 2002.

MOTA, Lúcio Tadeu. *A Guerra dos índios Kaingang: A História Épica dos Índios Kaingang no Paraná (1769-1924)*. Maringá: EDUEM. 2ªEd, 2008.

\_\_\_\_\_. *O povo indígena Xokleng e o aldeamento indígena de São Tomas de Papanduva na província do Paraná/Brasil na segunda metade do século XIX*. Trabalho apresentado na III Reunión de Antropologia del Mercosur, realizada de 23 a 26 de noviembre de 1999, em Posadas, Misiones/Argentina.

\_\_\_\_\_. Passo Ruim 1868: As Estratégias Dos Xokleng Nas Fronteiras De Seus Territórios Do Alto Rio Itajaí. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 37, nº 75, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472017v37n75-07>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

OLIVEIRA, João Pacheco de. & FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *A Presença Indígena na Formação do Brasil*. Brasília: LACED/Museu Nacional (Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade), 2006.

PECHMAN, Robert. *Setembrino de Carvalho*. In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: CPDOC/ FGV. 2000. Disponível em: <[https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/dossies/contestado/Verbete\\_SetembrinoDeCarvalho.pdf](https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/dossies/contestado/Verbete_SetembrinoDeCarvalho.pdf)>. Acesso em: 27 jun. 2018.

SANTA CATARINA. *Atlas escolar de Santa Catarina*. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro (Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento. Subsecretaria de Estudos Geográficos e Estatísticos), 1991.

SANTOS, Rafael Benassi Dos. *A Luta Indígena Pela Terra No Brasil Contemporâneo: Um Estudo Etnohistórico De Uma Ocupação Kaingáng Em Fraiburgo - SC (2009)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Universidade Federal De Santa Catarina. Florianópolis, 2014.

SCHMITT, Alessandra. *Uma Irmandade em Redefinição: Conflito entre Modo de Vida Camponês e Organização Coletiva do Trabalho. Um Estudo sobre os Cafuzos de José Boiteux, SC*. Dissertação (Pós-Graduação em Antropologia Social). Universidade de São Paulo, 1998.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. História e Etnologia. Lévi-Strauss e os embates em região de fronteira. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 42, n. 1-2, p. 199-222, 1999. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/S0034-77011999000100011>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Questão de Fronteira: sobre uma antropologia da história. *Revista Novos Estudos*, nº72, Julho 2005. p.119-135. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002005000200007>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

SCHWARCZ, Lilia M. & STARLING, Heloisa M. *Brasil: Uma Biografia*. Temas e Debates – Círculo de Leitores. 1ªed. 2015.

TOMAZI, Gilberto. *A Mística do Constestado, A Mensagem de São João Maria na Experiência Religiosa do Constestado e dos Seus Descendentes*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

VALENTINI, Delmir José & RADIN, José Carlos. A Guerra do Contestado e a Expansão da Colonização. *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 19, n. 28, p. 127-150, dez. 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/2175-7976.2012v19n28p127>>. Acesso em 14 jul. 2018.

TOMMASINO, Kimiye & ALMEIDA, Ledson Kurtz De. Territórios e Territorialidades Kaingang: A Reinvenção Dos Espaços E Das Formas De Sobrevivência Após A Conquista. *Revista Mediações*, Londrina, v. 19 n. 2, p. 18-42, JUL./DEZ. 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2014v19n2p18>>. Acesso em: 8 mai. 2018.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. A Imigração E Os Botocudos (Xokleng) Do Taió. In: PAULA, Eurípedes Simões De. (Org.). *Colonização e Migração - Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*. São Paulo, 1969.

WIIK, Flavio Braune. Xokleng: Verbete da Enciclopédia on-line dos Povos Indígenas no Brasil. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1999. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xokleng>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. O Contestado e seu impacto sobre os modos e regimes de relação Homem-Natureza entre os Kaingang da Terra Indígena Xapecó – SC. In: MACHADO, Paulo Pinheiro. (Org.). *Nem fanáticos, nem jagunços: reflexões sobre o Contestado (1912-1916)*. Pelotas: Ed. da Universidade Federal de Pelotas, 2012.

WIIK, Flavio Braune & MOTA, Lúcio Tadeu. Apresentando O Dossiê: Estudos Sobre As Sociedades Jê (Kaingang E Xokleng) No Sul Do Brasil Em Perspectiva. *Revista Mediações*, Londrina, v. 19 n. 2, p. 10-17, JUL./DEZ. 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2014v19n2p10>>. Acesso em: 4 abr. 2018.